

# **18º Congresso Brasileiro de Sociologia**

**26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)**

**Grupo de Trabalho: GT 08 - Trabalhadores, Sindicatos e Ações Coletivas**

**Entre disputas e paradoxos**

**As relações conflituosas entre o sindicalismo e os gestores tradicionais  
em meio aos processos eleitorais nos Fundos de Pensão**

**Iuri Roberto Sacramento Ramos**

**UNEB/USP**

## Resumo

Cada vez mais significativa e reveladora, a participação do sindicalismo na gestão dos Fundos de Pensão segue proporcionando movimentos conflituosos. Em sua origem, essa atuação já é marcada pelas contradições de uma “representação classista” que se desenvolve em meio aos desideratos de uma posição de comando e controle altamente empoderada, por meio da qual são definidos outros tantos postos igualmente poderosos (e bem remunerados), além da alocação de recursos vultuosos que movimentam, induzem e/ou potencializam investimentos nas mais diversas atividades econômicas. Quer seja pela tentativa sempre difícil de interpretar a condição/posição de classe de indivíduos nessa intersecção; quer seja pelo esforço na caracterização de suas atuações junto aos agentes econômicos e de governo que lhes são mais ou menos favoráveis; ou mesmo pelo sentido que o sindicalismo pretende imprimir a sua própria atuação política, construindo um discurso legitimador que lhe protege mesmo quando em meio a reveses eleitorais, essa experiência continua nos mostrando um significativo potencial de análises. As reações dos grupos profissionais de onde saem os tradicionais gestores dos Fundos em relação àqueles que lá chegam egressos do sindicalismo, bem como o posicionamento dos trabalhadores que, periodicamente, elegem os “seus representantes” para a ocupação de postos desse tipo, são alguns dos bons elementos disponíveis para avaliar características próprias dessa relação.

Marcada por conflitos, contradições e desafios, a relação entre os sindicatos e seus representados, bem como entre eles e as demais instituições do Estado e da sociedade civil, vem passando por momentos especiais. Desde o processo de redemocratização do país, com o papel destacado que assumiu o chamado “Novo Sindicalismo”, passando pelo enfrentamento imposto pelos duros “anos 1990”, da chamada era neoliberal, marcada também pela expansão da CUT e pela sua incorporação às estruturas do sindicalismo tradicional, até os processos mais recentes de reconhecimento legal das Centrais Sindicais e de ampliação do espectro de representação dos sindicatos, vimos um conjunto de mudanças que determinam caracteres importantes dessa nova fisionomia.

Quer seja por sua cada vez mais nítida integração às instituições do Estado, quer seja pelas acirradíssimas disputas de cúpula por bases de representação, ou ainda pelos novos e variados mecanismos de financiamento, ou mesmo, em virtude da ampliação dos seus espaços de atuação política na sociedade civil, o sindicalismo brasileiro, certamente, vem passando por vigorosas transformações.

Como pode ser constatado numa rápida observação em algumas das referências sobre o tema, a análise dessas mudanças, de algum tempo, vem sendo objeto de trabalho de argutos pesquisadores mesmo que com diferentes perspectivas de abordagem. Por isso mesmo já não é nenhuma novidade falar de um processo de “burocratização sindical”, do desenvolvimento de um tal “(neo)corporativismo sindical”, de um “sindicalismo de resultados” ou da emergência de um “sindicalismo propositivo”, da caracterização de um “sindicalismo de estado”, ou ainda de um novo modelo de “sindicato casa ou empresa”, ou até mesmo de um novo “sindicato cidadão”.

Ao passo em que o final dos Oitenta e boa parte da década de 1990 marcaram a incorporação do antes chamado “novo sindicalismo” às formas de organização do modelo sindical de viés (neo)corporativo, conformando uma forte burocracia, detentora de um portentoso aparato, contando com aparelhos de representação em diversas instâncias, vimos nos primeiros anos do novo milênio o desenvolvimento de uma nova etapa do sindicalismo brasileiro, que,

embora tenha surgido pari-passu à burocratização do outrora “novo sindicalismo”, ganha contornos mais nítidos exatamente no período mais recente.

Impulsionada pelas condições advindas da gigantesca arrecadação proporcionada pelas diversas modalidades de contribuições compulsórias e voluntárias feitas pelos trabalhadores e pela gestão de vultosos recursos originários de fundos públicos também variados (como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, por exemplo), a burocracia sindical mostrou-se apta a disputar um espaço ainda mais significativo em meio ao desenvolvimento de um segmento especial da atividade econômica, responsável direto pela gestão de algumas das mais importantes empresas em atividade no país. Trata-se dos fundos de pensão.

Destacando-se como gestores de uma expressão considerável da poupança de centenas de milhares de trabalhadores, que desde o desenvolvimento ulterior do “fordismo periférico” (Lipietz, 1985) conseguiram amealhar benefícios laborais como o financiamento da complementação previdenciária, bancada, principalmente, pelas empresas estatais, esses fundos assumiram um papel extremamente destacado no desenvolvimento da “financeirização da burocracia sindical” (Braga e Bianchi, 2011).

O tema da pesquisa a que se refere esta comunicação está sim em consonância com todas essas caracterizações um tanto quanto usuais na bibliografia sobre sindicatos e sindicalismo no Brasil. Todavia a atenção aqui se dirige a um aspecto específico e está relacionado ao desenvolvimento de uma relação cada vez mais próxima entre o sindicalismo e essa que é uma das instituições mais características do capitalismo contemporâneo.

Inspiradas em experiências internacionais, especialmente a norte-americana, a partir da lei nº. 6.435, de 1977, as então chamadas entidades de previdência privada, têm a sua atuação regulamentada e vão constituir o sistema de previdência complementar no Brasil. Criados com o objetivo declarado de “instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social”

aos trabalhadores das empresas patrocinadas, os fundos de pensão são instituições capazes de arremeter vultosos recursos originários tanto da contribuição realizada pelos patrões quanto da poupança empreendida pelos empregados. Devido ao caráter dessas entidades, comprometidas com o pagamento de benefícios previdenciários que, via de regra, só vai ocorrer depois de vários anos de contribuição, parte significativa dos seus recursos é convertida em ativos financeiros e dirigida para investimentos de longo prazo, com baixa liquidez, mas razoável grau de segurança, o que em boa parte das vezes se converte em portentosas carteiras de imóveis e participação em ações.<sup>1</sup>

Assim, fundos como a PREVI, ligada ao Banco do Brasil, com ativos totais no valor de R\$ 170 bilhões; a PETROS, ligada a Petrobrás, com patrimônio de R\$ 63,6 bilhões; e FUNCEF, ligada a Caixa Econômica Federal, com patrimônio em R\$ 54,4 bilhões, apenas para ficar no exemplo dos três maiores em ativos, têm sob seu controle parcela significativa do capital acionário de algumas das mais importantes empresas brasileiras.<sup>2</sup>

Mas, com recursos dessa monta e marcada por diversos processos de enfrentamento, a gestão dessas entidades tem sido cada vez mais palco de disputas entre grupos de interesses distintos, com projetos políticos próprios e identidades conflitantes.

Desde os anos 1980, apesar de momentos de fortes oscilações políticas e tensionamentos variados no movimento sindical, veio crescendo o número de instituições que comportam e também de indivíduos que por sua vinculação com o sindicalismo são eleitos pelos participantes para compor a gestão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, o nome oficial pelo qual são conhecidos os fundos de pensão atualmente.

---

<sup>1</sup> No primeiro trimestre deste ano, o patrimônio total dessas entidades aqui no Brasil chegou a próximo de R\$ 815 bilhões, segundo dados da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc <http://www.previc.gov.br>, acessado em 02.06.2017.

<sup>2</sup> Conforme dados dos Relatórios Anuais de 2015 para Petros, disponível em <https://www.petros.com.br> e Funcef, disponível em: [https://www.funcef.com.br/COSOC/relatorios/RAI2015/relatorios/FUNCEF\\_RAI\\_2015.pdf](https://www.funcef.com.br/COSOC/relatorios/RAI2015/relatorios/FUNCEF_RAI_2015.pdf) e de 2016 para a Previ, disponível em <http://www.previ.com.br/quemsomos/relatorio2016/pt/>, todos acessados em 02.01.2017.

Principalmente durante os Governos Lula e Dilma, a esse grupo de eleitos no intrincado modelo de gestão dessas entidades somaram-se também aqueles que compõem a quota de indicação das empresas estatais que são patrocinadoras de fundos. Até então, essas indicações eram feitas, quase que exclusivamente, com recurso a nomes formados no e pelo mercado financeiro e de previdência e/ou com alguma trajetória na gestão pública. Contudo, a participação significativa de próceres da burocracia sindical em diversas instâncias dos governos petistas, qualificou o sindicalismo a pleitear também a batuta na gestão de alguns dos mais importantes fundos de pensão do país. E esse controle torna-se ainda mais efetivo exatamente quando o sindicalismo consegue emplacar nomes tantos entre os eleitos pelos participantes como também entre os indicados pelos patrocinadores, assegurando, algumas vezes, além da presidência, uma boa representação tanto em diretorias executivas quanto nos conselhos deliberativos e fiscal dessas entidades.<sup>3</sup>

A chegada dos “sindicalistas” à gestão dos fundos, porém, não acontece apenas com vivas, festejos e boa acolhida. Tanto aqueles que têm os seus interesses econômicos preteridos com a emergência de um “novo grupo” de gestores, ao menos, relativamente hostil, quanto os que vêm ameaçados os seus privilégios de permanência e reprodução num segmento marcado por regras definidas de formação e profissionalização, mas que agora se mostram insuficientes para assegurar-lhes uma boa posição no mercado mobilizam-se para tentar desqualificar a nova atuação e, principalmente, suas personagens.

E não são poucos os recursos utilizados para essa desqualificação: quer seja por meio de um questionamento ao modelo de gestão reivindicado no discurso sindical frente às reformulações que se desenvolvem tanto no parlamento quanto junto aos órgãos de regulamentação, fiscalização e controle; ou mesmo quanto ao posicionamento político do sindicalismo frente ao papel a ser atribuído aos fundos de pensão no desenvolvimento da economia brasileira; quer seja pelo ataque ao suposto (baixo) nível de formação dos “novos gestores” que expressaria mais diretamente um alto grau

---

<sup>3</sup> Importantes exemplos desse movimento são os casos de Wagner Pinheiro (2002-2010) na Petros e Sérgio Rosa (2003-2010), na Previ.

de aparelhamento dessas entidades por parte do lulismo; ou ainda por meio de denúncias quanto à (falta de) transparência ou mesmo de lisura no trato com os recursos das entidades, a crítica feita aos sindicalistas mostra bem o tamanho da reação que vem sendo posta em prática.

Procurando demarcar atributos, qualidades e/ou qualificações necessários para o exercício da atividade de gestão nessas entidades, todos esses questionamentos buscam assegurar aos “dirigentes tradicionais” o privilégio na disposição de algumas das prerrogativas de atuação consideradas por estes como indispensáveis e que devem ser acionadas pelos que se propõem a essa função.

Essa tensão busca definir quem é legítimo para gerir os fundos. Observa-se, assim, um conflito simbólico entre financistas e sindicalistas, entre profissionais do mercado financeiro e representantes sindicais, bem como um espaço de interlocução entre “dirigentes tradicionais” e “dirigentes sindicalistas”. (Jardim, 2009b, p. 380)

Tensionados entre quem é gestor mais ou menos legítimo, por seu turno, entre os representantes do sindicalismo também são realizadas algumas mobilizações bem características em direção aos fundos. Quer seja por meio das atividades de qualificação: com o desenvolvimento de processos próprios de qualificação profissional, a montagem de cursos de formação voltados para sindicalistas, tem ainda o objetivo de divulgar opinião, “construir solidariedades” e “influenciar a visão de mundo” de indivíduos e entidades sindicais sobre os fundos de pensão tendo em vista o desenvolvimento de uma espécie de “capitalismo dos fundos”, com algum conteúdo moral.

Visando formar os sindicalistas na temática dos fundos de pensão e em torno dela construir uma realidade social,

centrais sindicais têm investido na formação de seus gestores. Segundo informantes ligados à CUT, nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003, ela ministrou o curso de formação em Previdência complementar e regime próprio, com apoio do Dieese e do Ministério do Trabalho. Para tanto, contou com apoio da consultoria Gushiken Associados, especialista em previdência, do ex-Secretário de Comunicação do governo Lula. (Jardim, 2009b, p. 384 e 385)

Quer seja pela disseminação dessa mesma “visão de mundo” que potencializa as questões sobre os fundos no espaço sindical: dada a sua participação expressiva, o caso dos bancários pode ser bastante representativo desse movimento. Uma análise junto aos relatórios de eventos organizados pelas principais entidades sindicais de preparação para as campanhas salariais da categoria entre os bancários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, durante os anos de 1990 e 2010, mostra bem o crescimento dos debates sobre previdência complementar nos fóruns próprios de discussão e deliberação em âmbito nacional.<sup>4</sup> Nesses relatórios é possível perceber como ocorre um progressivo acento na preocupação em estabelecer o papel dessas entidades enquanto representantes legítimos dos trabalhadores tanto no que diz respeito ao reconhecimento da sua condição de interlocutor durante as negociações da campanha salarial com a patronal, quanto, mais especificamente, em relação ao patrocínio declarado à formação de chapas para disputas eleitorais visando compor os órgãos de gestão dos fundos de pensão.

Desde a montagem das pautas e/ou temário dos congressos, passando pela composição dos Cadernos de Teses, pelas resoluções aprovadas até a consagração das campanhas na celebração de acordos e convenções

---

<sup>4</sup> Os eventos referidos são: o Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil – CNFBFB; e o Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal – Conecef, organizados pela Confederação Nacional dos Bancários – CNB/CUT, que depois passou a chamar-se Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Contraf-CUT.



coletivas quando das respectivas datas-bases, é possível perceber o destaque alcançado pelas questões relacionadas aos benefícios de previdência que implicam em mudanças de regulamentos, estatutos ou mesmo da legislação específica sobre o tema, ampliando e/ou reconhecendo aos participantes o direito não só de fiscalizar bem como de eleger e acompanhar a direção das entidades a que estão vinculados.

Com cada vez maior relevância tanto para a vida política quanto para a economia do país, as disputas na gestão dos fundos de pensão estão quase sempre marcadas por conflitos e tensionamentos diversos. A repercussão alcançada pelas investigações da CPI dos Fundos de Pensão, uma Comissão Parlamentar de Inquérito criada em 12 de agosto de 2015, para investigar um rombo de mais de 113 bilhões de reais nos três maiores fundos já referidos anteriormente, além do Postalis, Instituto de Previdência Complementar vinculado aos Correios, é um belo exemplo de como essas disputas se desenvolvem. Com um Relatório final que pede o indiciamento de 145 suspeitos, os resultados da investigação tem sido utilizados para vincular a participação de (ex)sindicalistas em processos de corrupção ao exercício de cargos de gestão dos fundos, questionando a sua legitimidade enquanto representantes dos trabalhadores, participantes e assistidos das EFPC e relacionando a sua atuação aos supostos compromissivos políticos assumidos com o governo.

Nas eleições realizadas em 2014, para a gestão de fundos importantes como os já citados PREVI, PETROS e FUNCEF, já era possível perceber distinções na caracterização dessa representação entre os discursos realizados pelas chapas apoiadas abertamente por sindicalistas ligados à CUT – Central Única dos Trabalhadores – CUT e à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB e outras apoiadas por entidades corporativas como a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil - ANABB e a

Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – Contec, por exemplo, às quais a representação política tem característica própria.<sup>5</sup>

Embora, nesses casos os questionamentos realizados estivessem vinculados ao aparelhamento das entidades em função do alinhamento a um determinado projeto político e de governo que caracterizaria a constituição daquilo que o sociólogo Ruy Braga chamou de estabelecimento de uma “hegemonia lulista” (Braga, 2012), que marcaria o vínculo estabelecido entre as lideranças do sindicalismo, gestores, capitalistas e próprio governo.

Já em processos eleitorais ainda mais recentes, como no caso da eleição para uma das vagas na Diretoria Executiva da Previ em 2016, é possível perceber mais claramente um conflito entre as candidaturas com origem no campo sindical e aqueles que estão vinculados aos grupos que dão suporte aos gestores tradicionais dos fundos. O engajamento da própria instituição patrocinadora, por meio de seus executivos e administradores na campanha de um dos candidatos, propunha ademais um claro questionamento quanto à legitimidade da(s) candidatura(s) apoiada(s) pelo sindicalismo enquanto representante dos trabalhadores na medida em que esta(s) se mostrava(m) muito mais alinhados aos interesses do governo do que dos participantes e/ou assistidos.

Sempre acirrados, esses pleitos tem evidenciado a instabilidade no reconhecimento dessa representação. Com vitórias eleitorais que se alternam entre os escolhidos, a relação dos sindicatos com os participantes patina junto com a sua confiança. Em meio a tantas vinculações e ainda marcados pelas consequências da recente crise que levou ao impeachment do governo anterior, os compromissos políticos entre os sindicatos e o lulismo permanecem como referência de atuação dessas entidades e repercutem também em processos desse tipo.

Além disso, e, certamente mais importante, é preciso apontar que a emergência de sindicalistas em meio aos conflitos na gestão do capital traz

---

<sup>5</sup> Uma posição acerca dessa disputa é possível ser percebida com a manifestação feita pela Revista IstoÉ em sua edição de número 2324 de 11.06.2014 cujo título é: “Como o PT perdeu poder nos fundos de Pensão”.

junto consigo uma série de contradições de classe que também repercutem nos embates entre os candidatos a gestores, revelando posições políticas e condições de classe em transformação.

Como operador político ou atuando como principal agente econômico em leilões e demais processos de privatização ocorridos nos últimos anos, os fundos também têm potencial para estimular disputas quanto aos projetos estratégicos de desenvolvimento para a economia.

Em função das movimentações de capital correspondentes à dimensão que alcançaram os fundos de pensão atualmente, boa parte dos conflitos de interesses representados nas disputas que se verificam pela gestão dessas entidades têm origens e repercussões em projetos políticos estratégicos que dizem respeito às acomodações na economia nacional promovida pelo desenvolvimento do que tem sido chamado de “capitalismo de laços” (Lazzarini, 2011), que atribui aos fundos de pensão, juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, um papel destacado durante o processo recente de privatizações.

Com aquisição de parcela significativa do capital de poderosas empresas estatais que teriam sido passadas ao controle da iniciativa privada, essas instituições foram capazes de atuar como novos conectores de aglomerações de agentes econômicos, não só mantendo como até aumentando a centralidade do governo na economia brasileira.

Participando dessa maneira e assumindo posições estratégicas na economia, os fundos se constituem em referências importantes para posições políticas distintas. Estimulados e fortalecidos durante o lulismo vão construindo e disseminando discursos tanto entre os que reivindicam uma atuação marcada pelo resultado “objetivamente perseguido”, quanto entre os que professam alguma crença no tal “capitalismo de fundos”, com algum nível de compromisso moral. Vale dizer que a garantia de buscar o resultado atuarial em cada plano e em cada investimento é compromisso e obrigação de cada gestor definida, inclusive, pela própria legislação do setor.

Com esta comunicação procuramos apenas apresentar um fio condutor de algumas das ideias que vem servindo como referência para pensar as questões afeitas a relação entre os gestores tradicionais dos fundos de pensão e aqueles que são egressos do sindicalismo.

Certamente, numa apresentação desse tipo é preciso reconhecer a peculiaridade do evento, bem como o caráter específico que essa questão tem em relação ao tema geral da investigação a fim de demonstrar a oportunidade de uma manifestação como esta.

Fruto do trabalho de pesquisa para doutoramento em Sociologia que vem sendo realizada junto ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo - PPGS/USP, a presente investigação pretende analisar a movimentação política de indivíduos que egressos do sindicalismo, assumem a condição de gestores em fundos de pensão. Problematizando algumas das características dessa experiência, fundamentalmente no que diz respeito aos paradoxos do exercício de gestão levado a cabo num dos espaços mais emblemáticos do capitalismo contemporâneo, vimos procurando identificar a condição/posição de classe desses (ex)sindicalistas que de/como representantes de trabalhadores passam à condição de gestores de um capital portentoso, bem como assim, caracterizar algumas das mudanças ocorridas na atuação sindical como resultado de uma participação cada vez mais sistemática e especializada do sindicalismo na gestão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Nesse sentido, entender como tem se manifestado a relação entre os gestores tradicionais e aqueles que vieram do sindicalismo, bem como a forma como essas ambiguidades tem sido expressas em processos eleitorais nos quais a disputa entre “sindicalistas e tradicionais” ganha maior representatividade, pode ajudar a compreender alguns dos contornos que definem a identidade política desses indivíduos que de representantes dos trabalhadores passam à condição de gestores do capital.

## Bibliografia

BERNARDO, João. **Capital, sindicato, gestores**. São Paulo. Vértice, 1987.

BERNARDO, João e PEREIRA, Luciano. **Capitalismo sindical**. São Paulo. Xamã, 2008.

BIANCHI, Alvaro e BRAGA, Ruy. **A financeirização da burocracia sindical no Brasil**. Correio da Cidadania, 2011. Disponível em: [http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5816&Itemid=79](http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5816&Itemid=79). Acessado em: 08.08.2013.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo. Boitempo, 2012.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologias das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

JARDIM, Maria A. Chaves. **Entre a solidariedade e o risco – Sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula**. São Paulo. Annablume; FAPESP, 2009a.

\_\_\_\_\_. **“NOVA” ELITE NO BRASIL? Sindicalistas e ex-sindicalistas no mercado financeiro**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 2, p. 363-399, maio/ago. 2009b.

LAZZARINI, Sérgio. **Capitalismo de laços. Os donos do Brasil e suas conexões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo. Boitempo. 2003.

\_\_\_\_\_. **Hegemonia às avessas.** *In* OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs). **Hegemonia às avessas.** São Paulo. Boitempo, 2010.